

Plataformas Colaborativas e Democracia Digital: Um Estudo do Ágora em Rede¹

Daniele Chagas de BRITO²

Daniel de Andrade BITTENCOURT³

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

O artigo é resultado de uma pesquisa que busca compreender o impacto da tecnologia nas novas formas de participação através de um estudo da plataforma colaborativa Ágora em Rede, um projeto da Prefeitura Municipal de Canoas, no Rio Grande do Sul. Onde é realizada uma análise de como uma plataforma colaborativa pode contribuir para o conceito utilizado por Gomes (2005) de democracia digital. Desta forma, se utiliza o método de Estudo de Caso, que tem como objetivo investigar como o Ágora em Rede contribui para a democracia e para a participação popular em um ambiente digital. E assim, poder tirar conclusões sobre o que o projeto proporciona para a sociedade e a comunicação.

Palavras-chave: plataformas colaborativas; democracia digital; ágora em rede; participação digital.

1 Introdução

Desde 2009, o processo participativo da cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul, ganhou um novo escopo, onde a gestão do prefeito Jairo Jorge criou diversos instrumentos que incentivam a participação popular em várias áreas do município. E ao observar as ferramentas adotadas pela Prefeitura Municipal de Canoas, se verificou que existia uma delas, ainda com o conceito de Ágora Virtual⁴, que se destacava como um instrumento de participação tecnológico e inovador para a sociedade canoense.

A partir disso, e através da mudança para Ágora em Rede, surgiu a ideia de descobrir como um instrumento digital e colaborativo pode interferir em um aspecto social. E que de certa forma, gera um fluxo de interação entre ambas as partes: a organização e a sociedade e vice-versa. Onde se busca entender através deste artigo, o impacto proporcionado pela tecnologia nas novas formas de participação a partir de uma plataforma colaborativa criada no município de Canoas. Seguindo a ideia de comunicação através da participação popular,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, email: danielecbrito@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Doutorando em Processos Midiáticos pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, email: bit.commons@gmail.com

⁴ Primeira versão de plataforma digital utilizada pela Prefeitura de Canoas. Em junho de 2014 passou a ser Ágora em Rede.

onde o cidadão interage com determinado órgão, a pesquisa pretende analisar como isso ocorre no *Ágora em Rede*. E para compreender isso, se aplica a metodologia de estudo de caso com o complemento da observação simples. Além disso, também se torna necessário entender conceitos sobre democracia digital, plataformas colaborativas, redes, comunidades e participação digital no Brasil.

2 Democracia Digital

No decorrer dos últimos anos, a tecnologia chegou para transformar e incentivar diversos processos, entre eles o democrático. Pois “desde os anos 1990, o desenvolvimento e a popularização de dispositivos digitais de comunicação têm desafiado as democracias contemporâneas a explorarem novas formas de conexão política com os seus cidadãos”. (SILVA, 2011, p. 123). Além de permitir o envolvimento de “diferentes parceiros de interlocução, desde a troca de e-mails numa base cidadão-cidadão, chats e grupos eletrônicos de discussão, até amplas conferências”. (MAIA, 2008, p. 277). Porém, é preciso analisar que quando “a Internet torna tecnicamente possível a existência de dispositivos de participação mais adequados para aproximar cidadãos e representantes, é preciso avaliar de que forma estes artifícios vêm sendo empiricamente adotados para este fim”. (MARQUES, 2011, p. 96-97). É preciso refletir que:

Em primeiro lugar, se as novas tecnologias podem proporcionar um ideal para a comunicação democrática, oferecendo novas possibilidades para a participação descentralizada, elas podem, também, sustentar formas extremas de centralização de poder. (...) Em segundo lugar, é preciso levar em consideração que, para fortalecer a democracia, são necessárias não apenas estruturas comunicacionais eficientes, ou instituições propícias à participação, mas também devem estar presentes a motivação correta, o interesse e a disponibilidade dos próprios cidadãos para engajar-se em debates. (MAIA, 2008, p. 278).

Ao falar sobre internet e democracia, Gomes (2005), afirma que “a ideia de participação e cidadania entendida como ocupação civil da esfera política encontra na internet as possibilidades técnicas e ideológicas da realização de um ideal de condução popular e direta dos negócios públicos”. (GOMES, 2005, p. 217). Sendo assim, surge o conceito sobre democracia digital, que conforme o autor (2005, p. 215) “vem se constituindo ao redor de três expressões-chave: internet – esfera pública – democracia”. Porém, Gomes (2011, p. 27-28) acrescenta que:

Entendo por democracia digital qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smart phones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, medias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política.

O conceito se apresenta “como uma oportunidade de superação das deficiências do estágio atual da democracia liberal”. (GOMES, 2005, p. 217). Em que o autor (2005, p. 218) também define que “a democracia digital se apresenta como uma alternativa para a implantação de uma nova experiência democrática fundada numa nova noção de democracia”. Essa inovação surge como uma forma das pessoas poderem participar das decisões e sugerir ideias. A internet acabou por ter um papel fundamental neste novo processo, pois ela é capaz de “proporcionar um meio pelo qual o público e os políticos podem comunicar-se, trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, rápida e sem obstáculos burocráticos”. (MAIA, 2008, p. 277).

Porém, com o uso da internet para aproximar os cidadãos dos representantes, também “acabava por criar novas exclusões entre “os plugados” (aqueles que têm acesso à internet e sabem utilizá-la eficazmente) e “os não plugados” (aqueles que não têm acesso à rede e nem os conhecimentos necessários para utilizá-la)”. (MAIA, 2011, p. 68). Conforme dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, no ano de 2009, no Brasil, a cada 100 domicílios, 32,29 deles possuem computadores pessoais. Em 2013, o número de usuários com acesso a internet foi contabilizado em 51,60 para cada 100 habitantes. Contudo, é possível que nos próximos demonstrativos do IBGE, os números tenham um aumento razoável. Já que o próprio Governo Federal, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação trabalha com o Programa Nacional de Inclusão Digital que tem como atuação, a ideia de “atender à população mais carente e à margem da tecnologia da informação, priorizando municípios e áreas rurais com menor índice de desenvolvimento humano (IDH), além das comunidades tradicionais”. (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, 2015)⁶. Além disso, o programa também tem como objetivo proporcionar para a população uma facilidade de acesso à tecnologia, onde jovens são capacitados para entrarem no mercado de trabalho e trabalhadores são inseridos nas práticas de informática. Dessa forma, a população começa a ter facilidade no acesso à internet, porém (GOMES, 2005, p. 220) salienta que “para quem tem acesso a um

⁵ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁶ Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77601.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

computador e capital cultural para empregá-lo no interior do jogo democrático, a internet é um recurso valioso para a participação política”. E assim, Gomes (2005, p. 218) acrescenta que a democracia digital “deve assegurar é a participação do público nos processos de produção de decisão política”.

Sendo assim, o conceito sobre democracia digital acaba por ser definido como “um expediente semântico empregado para referir-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos”. (GOMES, 2005, p. 217). E através dela, Gomes (2011) defende que qualquer ideia ou projeto que busque trazer independência da sociedade pode ser conceituado como uma iniciativa de democracia digital.

3 Redes, Comunidades e Participação Digital

Através dos avanços tecnológicos proporcionados com o surgimento de novas tecnologias, se torna possível analisar as diversas transformações na sociedade, onde ela passou a estar mais conectada e participativa dentro do ambiente digital. Hoje, “o crescimento tecnológico é considerado tanto a solução final para os nossos problemas como o fator determinante de nosso estilo de vida, de nossas organizações sociais e de nosso sistema de valores”. (CAPRA, 1982, p. 210). Dessa forma, nota-se que a tecnologia tem se tornado essencial no dia a dia das pessoas e organizações, pois “só na década de 1970 as novas tecnologias da informação difundiram-se amplamente, acelerando seu desenvolvimento sinérgico e convergindo em um novo paradigma”. (CASTELLS, 1999, p. 76). Sendo assim, a Internet permitiu que ocorresse uma transformação, onde acontecesse pela “primeira vez, a comunicação de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global”. (CASTELLS, 2003, p. 8). Ou seja, o usuário passou a se comunicar com diversos outros usuários de localidades distintas, ao contrário do modelo tradicional em que ocorria a comunicação entre um e um, o diálogo dentro do ambiente digital passou a ser entre um e muitos. E, seguindo neste pensamento, Castells (1999, p. 69) também acrescenta que “as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa”. E essas mudanças de comportamento da sociedade contemporânea fazem parte do que Jenkins (2009) determina como convergência, termo utilizado para “definir as transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está

falando e do que imaginam estar falando”. (JENKINS, 2009, p. 29). Porém, esses avanços tecnológicos acabam por modificar aspectos comunicacionais, seja na forma de produzir ou consumir meios de comunicação. E por isso, Jenkins (2009, p. 44), acrescenta que a convergência faz parte de uma transformação que envolve a forma de produzir e consumir os meios de comunicação.

Conforme Castells (2013, p. 82) a sociedade está vivendo um novo momento dentro do seu contexto, pois está exercendo um papel de muito mais forte dentro das redes sociais na internet, pois elas fornecem um espaço de autonomia, onde os movimentos acabam emergindo de diferentes maneiras e obtendo diversos resultados. As novas tecnologias contribuíram para um novo tipo de comunicação, em que “atores pudessem construir, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros”. (RECUERO, 2009, p. 24).

Tanto Recuero (2009) como Castells (1999, 2003, 2013) e Jenkins (2009) trabalham com a ideia de que a sociedade está passando por uma reconfiguração e sendo reestruturada, onde a partir das interações entre os diversos tipos de atores, os cidadãos acabam desenvolvendo um papel mais representativo dentro da rede, ou seja, passam a ter autonomia dentro de um ambiente digital de caráter mais participativo. E a partir da participação dos usuários dentro de determinados ambientes digitais, é possível verificar que esses aspectos contribuíram de forma positiva para a democracia, pois as pessoas passaram a usar do livre-arbítrio para intensificarem sua participação nas decisões públicas. Porém, também se torna compreender sobre o conceito de “ciberespaço”. Que pode ser definido como “um ambiente de circulação de discussões pluralistas, reforçando competências diferenciadas e aproveitando o caldo de conhecimento que é gerado dos laços comunitários, podendo potencializar a troca de competências, gerando a coletivização dos saberes”. (LEMOS, 2008, p. 135). Ou seja, é o local dentro de um ambiente digital onde os usuários trocam experiências, e agregam conhecimento através de suas vivências pessoais ou coletivas. Desta forma, Lemos (2008) também acrescenta que o ciberespaço pode ser visto como um espaço sagrado, lugar de movimentação de conhecimentos e de informações, um espaço de encruzilhadas, além de um ambiente onde é proporcionado aos usuários uma forma diferente de tempo e espaço através de ferramentas tecnológicas digitais.

Já o conceito de comunidade virtual é definido como “um conjunto de atores e suas relações que, através da interação social em um determinado espaço constitui laços e capital social em uma estrutura de cluster⁷, através do tempo, associado a um tipo de pertencimento”. (RECUERO, 2009, p. 144). Ou seja, é um espaço que as pessoas têm a possibilidade de construir um conjunto de ideias e promover uma interação. Além disso, a noção clássica de comunidade “está sempre ligada à ideia de um espaço de partilha, a uma sensação, a um sentimento de pertencimento, de interrelacionamento íntimo a determinado agrupamento social”. (LEMOS, 2008, p. 143). Neste ambiente também é possível encontrar vários aspectos elementares “como solidariedade, emoção, conflito, imaginação e memória coletiva, união, identificação, comunhão, interesses comuns, interação”. (CORRÊA, 2004, p. 07). A partir de uma participação dentro de determinado canal de ambiente digital, “a comunicação on-line incentiva discussões desinibidas, permitindo assim a sinceridade”. (CASTELLS, 1999, p. 445). E as iniciativas tecnológicas acabaram de certa forma, por acrescentar valores para que se tornasse possível uma construção de comunidades virtuais. Onde a participação dentro destes ambientes é capaz de promover um grande compartilhamento de ideias e interesses mútuos, que acabam sendo gerados por meio das interações que ocorrem dentro da comunidade virtual.

O processo de globalização também possibilitou “a criação de novos circuitos de cooperação e colaboração que se alargam pelas nações e os continentes, facultando uma quantidade infinita de encontros”. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 12). Esses circuitos podem ser compreendidos através das plataformas colaborativas e sobre o conceito de democracia digital, que são desenvolvidos a partir da ideia de participação de todos, de forma igualitária. Sendo que hoje, “vivemos, pela primeira vez na história, em um mundo no qual ser parte de um grupo globalmente interconectado é a situação normal da maioria dos cidadãos”. (SHIRKY, 2011, p. 27). E é através desses encontros, conexões e participações, onde por muitas vezes ocorrem em plataformas colaborativas, que as pessoas estão buscando novas formas de se comunicar e participar da vida em sociedade, ou seja, estão sendo capazes de fornecer conteúdos e ideias. Sendo que Shirky (2011, p. 90), acrescenta que “todos nós temos motivações intrínsecas, desejos de fazer coisas pelo prazer que elas nos dão. Temos agora ferramentas para nos comunicar e compartilhar, novos meios para nos entregar a essas motivações”. Porém, Hardt e Negri (2012, p. 13) destacam que “nossa

⁷ É formado por um conjunto de computadores, que utiliza um tipo especial de sistema operacional classificado como sistema distribuído. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cluster>>. Acesso em: 13 out. 2014.

comunicação, colaboração e cooperação não se baseiam apenas no comum, elas também produzem o comum, numa espiral expansiva de relações”. Ou seja, contribuem no modo de pensar e agir da sociedade, onde essas relações acabam por estreitar laços que são capazes de formar estruturas sociais. Desse modo, pode se compreender que “a cooperação é o processo formador das estruturas sociais. Sem cooperação, no sentido de um agir organizado, não há sociedade”. (RECUERO, 2009, p. 81). Da mesma forma, que “toda luta ocorre na natureza dentro de um contexto mais amplo de cooperação”. (CAPRA, 1982, p. 32). Este conceito faz com que existam novos métodos para desenvolver um trabalho social dentro das redes.

As novas formas de trabalho social e as redes que criam são organizadas e controladas internamente, através da cooperação. Trata-se aqui de uma forma real de segurança. (...) Os dois conceitos de segurança, um baseado na cooperação e outro assentado na violência, não apenas são diferentes, portanto, mas entram diretamente em conflito um com o outro. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 57).

Essas novas formas de participação, mas acima de tudo, de colaboração dentro do ambiente digital são geradoras de uma produção biopolítica. Porém, o que é produção biopolítica? Ela pode ser definida como “formas contemporâneas de produção, que chamaremos de produção biopolítica, não se limitam a fenômenos econômicos, tendendo a envolver todos os aspectos da vida social, entre eles a comunicação, o conhecimento e os afetos”. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 141). E a partir disso, o cidadão passa a exercer um papel democrático em diversas áreas sociais. Pois a produção biopolítica “é imanente à sociedade, criando relações e formas sociais através de formas colaborativas de trabalho. A produção biopolítica dará conteúdo a nossa investigação da democracia, que até o momento tem-se mantido excessivamente formal”. (HARDT; NEGRI, 2012, p. 135). Os autores (2012, p. 176) acrescentam que ela é capaz de envolver todos os níveis da sociedade, através de uma produção de conhecimento, informação, formas linguísticas, redes de comunicação e relações sociais colaborativas.

Ao discutir a cooperação dentro das plataformas colaborativas, Saldanha (2013, p. 32) afirma que ela “proporciona um ambiente favorável à interação e ao compartilhamento do conhecimento como forma de buscar inovações para enfrentar a complexidade dos problemas atuais”. Enquanto Recuero (2009, p. 82) reflete sobre a ideia de conflito, que “pode envolver cooperação, pois há a necessidade de reconhecimento dos antagonistas como adversários. Esse reconhecimento implica cooperação. Do mesmo modo, o conflito

entre grupos pode gerar cooperação dentro dos mesmos”. E dando continuidade a esse discurso, a autora (2009, p. 82) afirma que “a competição compreende a luta, mas não a hostilidade, característica do conflito. A competição pode, por exemplo, gerar cooperação entre os atores de uma determinada rede, no sentido de tentar suplantar os atores de outra”. Porém, Saldanha (2013, p. 37) acrescenta que “o comportamento colaborativo, mais que uma tendência, é um movimento mundial, com cada vez mais participantes”.

A partir destes conceitos que definem redes, comunidades e participação digital, se torna necessário compreender o significado das plataformas colaborativas. E com base no que foi apresentado, será feita uma breve contextualização do tema.

4 Plataformas Colaborativas

Por meio dos conceitos que já foram abordados, singular das plataformas colaborativas acabam sendo as formas de gerar integração e interação dentro de uma ferramenta online. Mas se torna necessário compreender a forma em que essas iniciativas podem funcionar dentro da sociedade. Sendo que com o desenvolvimento dessas plataformas de colaboração, as organizações acabam permitindo que exista uma capacidade de ação que jamais foi imaginada. (RADA, 2004 apud SILVA, 2007, p. 38). Esse tipo de iniciativa faz com que as pessoas participem dos processos de tomada de decisão de forma mais aberta, ou seja, conforme explica Rada (2004 apud SILVA, 2007, p. 38), elas acabam possibilitando que “milhares de pessoas interactuem com milhares de outras, de forma coordenada, porém autônoma, sem referência a uma estrutura hierarquizada e sem outras regras senão as inventadas por elas próprias”. Os cidadãos passam a ter uma liberdade fora do espaço físico para propor ideias, reivindicar e participar ativamente de questões de interesse comum da sociedade. E dessa forma, “as cidades buscam inserirem-se no contexto digital do ciberespaço, pois necessitam fazer parte da rede globalizada e interagir com o que está fora dos seus limites físicos”. (SALDANHA, 2013, p. 4). Com isso, ocorre o surgimento de muitas plataformas digitais, pois através delas “as pessoas deixam de ser apenas expectadoras passivas e passam a participar efetivamente, interagindo com outros usuários e produzindo, coletivamente, não apenas novos conteúdos, mas também novas realidades no próprio cenário da *web*”. (QUINTÃO, 2013, p. 60).

Para Henrique Carlos Parra Parra Filho (informação verbal)⁸, um dos fundadores da plataforma colaborativa Cidade Democrática⁹, o conceito de plataforma colaborativa é trabalhado através da ideia de três degraus. Onde no primeiro degrau a plataforma é capaz de possibilitar o compartilhamento de conteúdos dos usuários, além de ser gerado um compartilhamento coletivo e colaborativo de informação. O segundo degrau já tem como objetivo trabalhar com a ideia de uma produção compartilhada, onde não seja feito apenas o compartilhamento do conteúdo, mas que seja possível realizar uma coprodução e colaboração na produção dos conteúdos. Em que o usuário seja capaz de editar junto, de interferir no conteúdo produzido pelo outro e que seja capaz de construir um conteúdo através de uma produção compartilhada. Desta forma, ele destaca que o último degrau é o mais importante, pois vai aumentando a identidade comum do grupo de pessoas e de decisões que são compartilhadas pelos participantes. Esse último degrau é o da ação coletiva, onde são compartilhadas responsabilidades, e começa a ser produzido de forma compartilhada o conhecimento, onde é cooperado com outras pessoas. Nesse último degrau, as pessoas efetivamente colocam a mão na massa, sendo capazes de gerar transformações e construir consequências. Onde também acrescenta que uma plataforma colaborativa “precisa possibilitar a produção de conteúdo por parte dos seus usuários”. Seja através de uma plataforma aberta ou uma plataforma voltada para um determinado setor. E Henrique também comenta que através disso, não haverá apenas uma fonte capaz de produzir conteúdos, informação e conhecimento, mas sim um grande número de usuários que vão atuar nessa produção.

Henrique Carlos Parra Parra Filho relata que as plataformas colaborativas voltadas para a cidadania, através da participação social, começaram a surgir em 2008, e atualmente existe mais de 600 iniciativas no Brasil. A plataforma colaborativa Cidade Democrática foi uma das pioneiras no país, dentro desse segmento. Onde acrescenta que entre os anos de 2008 e 2010 foi o momento em que surgiu a primeira geração dessas plataformas, e foi onde teve um grande crescimento. Na primeira geração, além da Cidade Democrática, surgiram plataformas como a Vote na Web, Urbanias e Cultura.edu. Já na segunda geração, Henrique comenta que surgiu a plataforma Porto Alegre.cc, com muito mais acúmulos a partir dos trabalhos que já tinham sido feitos. E ele descreve que as plataformas colaborativas acabam por buscar a cooperação e a ação coletiva da população, e isso faz

⁸ Informação coletada através de entrevista realizada pelo Skype com Henrique Carlos Parra Parra Filho, no dia 22 de out. de 2014.

⁹ Disponível em: <<http://www.cidadedemocratica.org.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

com que elas agreguem valor para o desenvolvimento local, para que se formem novos coletivos, se fortaleça o tecido social e que sejam formadas novas lideranças capazes de abrir a pauta e possibilitar que novos temas e ideias cheguem na pauta política das cidades. (informação verbal)¹⁰.

5 Metodologia e Análise do Ágora em Rede

A metodologia aplicada para a elaboração deste artigo baseia-se na realização de um estudo de caso, com o apoio da observação simples. Pois conforme Yin (2001, p. 32, apud DUARTE, M., 2008, p. 216), o estudo de caso é utilizado “quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que”, e o pesquisador tem pouco controle sob os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Porém, Yin (2001, p. 27, apud DUARTE, M., 2008, p. 219) acrescenta que mesmo com aspectos parecidos com o do método histórico, o estudo de caso é diferente na “sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”.

Através da observação simples se buscou analisar a forma que ocorre a Ágora Central, um dos canais existentes dentro da Ágora em Rede. A observação foi realizada no dia 24 de abril de 2015 enquanto ocorria a Ágora Central com o prefeito Jairo Jorge. Conforme Gil (2008, p. 101), a observação simples é:

Aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. Daí por que pode ser chamado de observação reportagem, já que apresenta certa similaridade com as técnicas empregadas pelos jornalistas.

E a partir dos métodos adotados para a realização da pesquisa, foi possível elaborar a análise do Ágora em Rede. O instrumento é a única Ferramenta Colaborativa da Prefeitura Municipal de Canoas, que “permite a colaboração dos cidadãos na construção de políticas públicas e na busca de soluções para questões da cidade”. (JORGE, 2014, p. 33). Ela foi lançada no dia 16 de julho de 2014, através de um projeto desenvolvido pela empresa Lung, uma Agência de Inteligência Colaborativa de Porto Alegre, com a ideia de ser uma ferramenta de participação popular colaborativa e que possibilite a troca de informações

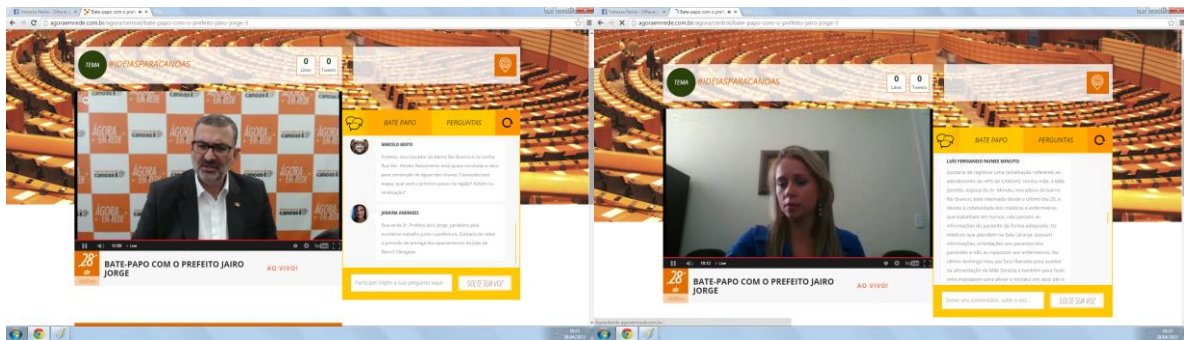
¹⁰ Informação coletada através de entrevista realizada pelo Skype com Henrique Carlos Parra Parra Filho, no dia 22 de out. de 2014.

entre a população e os gestores públicos. (PREFEITURA DE CANOAS, 2014). A plataforma possui vários “canais” de participação que são divididos entre as **Ágoras** (Ágora Central, Minha Ágora, Ágora da Comunidade e Ágora Global), **Voz das Ruas**, **Desafio da Semana**, **Enquetes** e **Central do Cidadão**.

É possível verificar que o Ágora em Rede surge como uma alternativa para contribuir na forma de participação popular de Canoas. Ou seja, funciona como uma ferramenta dentro da internet que conforme proposto por Gomes (2008), é capaz de renovar as possibilidades de participação democrática. O Ágora em Rede também se enquadra no termo adotado por Gomes (2005, 2011), de democracia digital, que o autor define como sendo qualquer dispositivo, aplicativo e ferramenta de tecnologia digital de comunicação. Os autores Capra (1982) e Castells (1999) abordam que as novas tecnologias de informação e o crescimento tecnológico aceleraram o desenvolvimento e se mostraram como uma grande solução em um amplo contexto. Nesse contexto, Castells (2013) destaca que as pessoas passaram a exercer um papel de destaque dentro das redes sociais. Ou seja, o usuário passou a ter um perfil mais atuante, de autonomia e de participação dentro das novas ferramentas tecnológicas de comunicação. O avanço tecnológico também foi percebido pela Prefeitura de Canoas, onde eles constataram a necessidade de realizar mudanças na forma em que a plataforma Ágora Virtual estava desenvolvida. Pois a versão anterior se tornava muito restrita no sentido de participação.

A plataforma possui funcionalidades que geram mais interatividade, e entre as principais mudanças que ocorreram na nova versão, está a inserção do vídeo, onde o usuário consegue observar quem está do outro lado. Ou seja, uma forma de passar confiança para o cidadão que participa das Ágoras. Esse que é um dos aspectos que mostra um pouco sobre o conceito de tempo real, que é destacado Lévy (1993). Da mesma forma, o prefeito Jairo Jorge também observa que a inserção dos vídeos no Ágora em Rede foi algo que demonstrou o avanço tecnológico dos últimos anos. É possível verificar nas Figuras 1 e 2, durante a realização da Ágora Central do dia 28 de abril com o prefeito Jairo Jorge, como funciona o sistema de perguntas e respostas. A pergunta é formulada em texto pelo usuário através da janela de **Bate Papo e Perguntas**, em seguida é lida pela mediadora e respondida pelo prefeito da cidade.

Figuras 1 e 2 - Ágora Central do dia 28 de abril de 2015



Fonte: Ágora Em Rede¹¹

A proposta do Ágora em Rede também condiz no que foi exposto por Saldanha (2013) sobre plataformas colaborativas, pois funciona de uma forma que faz com que a cidade tenha a capacidade de se inserir no contexto digital e ter conhecimento sobre o que está acontecendo no município. As ferramentas tecnológicas também incentivam as pessoas a serem sinceras, pois elas perdem a “vergonha” de falar seus desejos, motivações e etc. Outro aspecto importante do Ágora em Rede, diz respeito ao que foi proposto por Hardt e Negri (2012), em que os autores explicam que os cidadãos precisam expressar seus desejos, assim como eles enxergam como necessária a criação de novas formas de democracia. Desse modo, a partir da forma em que foi analisado, é necessário refletir sobre os desafios para a continuidade do projeto dentro do contexto que ele está inserido. Seja através das mudanças de governo, problemas técnicos que podem surgir – que são comuns ao tratar sobre tecnologia – ou mesmo referente aos processos dinâmicos.

6 Considerações Finais

Ao concluir esta pesquisa, após abordar diversos conceitos e realizar a análise da plataforma colaborativa Ágora em Rede, foi possível compreender as contribuições proporcionadas pela iniciativa para a democracia e a participação da sociedade, principalmente no que diz respeito ao município de Canoas. Pois conforme Capra (1982) explica, a tecnologia é algo que se tornou um fator determinante na vida das pessoas. Já que hoje, através da internet, os cidadãos além de consumir informação, também começaram a produzir para os diferentes meios de comunicação, mas, sobretudo em iniciativas tecnológicas. Desta forma, a criação da plataforma possibilitou que a população tivesse a

¹¹ Disponível em: <agoraemrede.com.br/agora/central/bate-papo-com-o-prefeito-jairo-jorge-3>. Acesso em: 28 abr. 2015.

oportunidade de conseguir se estabelecer dentro de um espaço que busca fortalecer os diferentes modos de participação. Além disso, também se tornou um instrumento muito importante para as organizações. Pois como foi abordado durante o desenvolvimento desta pesquisa, as contribuições da tecnologia foram fundamentais para que hoje fosse possível explorar novas formas de conexão entre os representantes políticos e os cidadãos. E desse modo ter a possibilidade de construir alternativas para o que Gomes (2005) define como uma nova noção de democracia.

Desse modo, durante o processo de análise do *Ágora em Rede*, se averiguou que existem limites na plataforma, como a falta de ações nas próprias redes sociais que busquem incentivar a participação da população nos canais e até mesmo no agendamento de outras *Ágoras* como a *Comunitária*, *Global* e *Minha Ágora*. Desde o seu lançamento, em junho de 2014, a plataforma funcionou apenas com a ideia da *Ágora Central* com a participação do prefeito Jairo Jorge e os secretários municipais. Dessa forma é possível refletir que as demais poderiam funcionar de uma maneira mais colaborativa, através de uma construção conjunta de propostas entre os usuários e as lideranças comunitárias da cidade. Também foi possível observar que o projeto possui aspectos que se enquadram dentro do conceito de democracia digital e de plataforma colaborativa. Pois funciona como uma ferramenta que tem capacidade de explorar as “novas formas de conexão política com os seus cidadãos”. (SILVA, 2011, p. 123). E a partir disso, se acredita que para o projeto seguir adiante e se estabelecer como uma ferramenta colaborativa e inovadora dentro do Sistema de Participação Popular e Cidadão da Prefeitura de Canoas será necessário transformar ela em uma alternativa de busca de informações e soluções da sociedade como um todo.

Hoje, com a falta de tempo das pessoas e com o surgimento de alternativas tecnológicas que podem contribuir positivamente para a democracia e incentivar a sociedade a participar das decisões que quase sempre são tomadas pelos representantes, as iniciativas de comunicação digitais precisam ser mais exploradas. O *Ágora em Rede* ainda não chegou ao nível de ser uma ferramenta que funcione como um canal principal de comunicação para os cidadãos tomarem decisões sobre a cidade de Canoas, mas é possível que ela se torne uma opção fundamental para a população fazer suas escolhas para o município. Seja através da sua flexibilidade de uso ou até mesmo pelos próprios avanços tecnológicos que estão surgindo com o tempo e que estão fazendo com que ocorram as dinâmicas entre os usuários.

Referências

ÁGORA EM REDE. Disponível em: <<http://agoraemrede.com.br/>>. Acesso em: 01 maio 2015.

BLATTMANN, Ursula; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Colaboração e interação na web 2.0 e biblioteca 2.0**. 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/1bnlczd>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**, volume I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de Indigação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORRÊA, Cynthia Harumy Watanabe. Comunidades virtuais gerando identidades na sociedade em rede. **Ciberlegenda**, n. 13, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1Dwb0p6>>. Acesso em: 14 out. 2014.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

DUARTE, Marcia Yukito Matsuuchi. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. P. 215-235

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteira** (UNISINOS), São Leopoldo, v. VIII, n.3, p. 214-222, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6394>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (19-45)

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do Império**. Tradução Clóvis Marques; 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Aleph, 2008.

- JORGE, Jairo. **Radicalizar a democracia**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência – O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- MAIA, Rousiley C. M. . Democracia e Internet como Esfera Pública Virtual: Aproximação às Condições de Deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. . **Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.
- _____. C. M.. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (47-91)
- MARQUES, Francisco P. J. . Participação, instituições políticas e internet: Um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Programa Nacional de Inclusão Digital**. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77601.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS. **Instrumentos de Participação Popular e Cidadã**. Canoas, 2014. Disponível em: <<http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/idDep/1/id/110>>. Acesso em: 8 nov. 2014.
- QUINTÃO, Fernanda de Souza. **Design de informação em plataformas colaborativas online baseadas na imagem cartográfica digital**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122977>>. Acesso em: 18 out. 2014.
- RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina 2009.
- SALDANHA, Leandra. **As cibercidades brasileiras: uma análise do panorama brasileiro de plataformas digitais, através do design**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Design, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000002/000002E2.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.
- SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação: Criatividade e Generosidade no Mundo Conectado**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2011.
- SILVA, Silvado Pereira da. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In: GOMES, Wilson (Org.); MAIA, Rousiley C.M. (Org.); MARQUES, Francisco P. J. (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. (123-146).